



## “VAI SER UM PROFESSOR?!”: ESTRANHAMENTOS PERANTE A FIGURA DO PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**“Is it a male teacher?!”: the strangeness of the figure of the male teacher in Early Childhood Education**

Jéssica Daniele **FÁVARO**  
Mestra em Educação Escolar pela  
Universidade Estadual Paulista Júlio de  
Mesquita Filho (UNESP)  
Araraquara, Brasil  
[jdaniele.favaro@gmail.com](mailto:jdaniele.favaro@gmail.com)  
<http://orcid.org/0000-0002-5625-9594> 

Célia Regina **ROSSI**  
Professora Doutora  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Departamento de Educação – Psicologia  
Rio Claro, Brasil  
[celia.rossi@unesp.br](mailto:celia.rossi@unesp.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-2903-4955> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo ●

### RESUMO

A ideia de ter um professor homem realizando cuidados corporais de higiene nas crianças pequenas ainda hoje é motivo de grande estranhamento e preocupação na comunidade. Considerando isso, o presente estudo buscou analisar, na ótica de três professores do sexo masculino atuantes na Educação Infantil, as vivências e desafios referentes à profissão por eles escolhida. Através das análises e do suporte teórico que as nortearam, verificou-se que a presença do professor do sexo masculino no espaço escolar ainda gera certo estranhamento, insegurança e medo na comunidade. Por meio dos resultados revelados, o estudo poderá contribuir para que professores do sexo masculino, atuantes na Educação Infantil, tenham cada vez mais espaço de atuação no âmbito escolar, social, científico e acadêmico, superando o estranhamento que sua presença causa em toda a comunidade escolar, possibilitando, ainda, a desconstrução da docência na Educação Infantil como uma profissão feminina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Masculinidade. Gênero. Educação Infantil. Sexualidade.

### ABSTRACT

The idea of having a man caring for young children is still a source of great strangeness and concern in community. Considering this, the present study aims to analyzing the perspective of male teachers who work in early childhood education the main expectations and challenges regarding the profession chosen by them. Through the analysis and theoretical support that is guided, it was found that the presence of male teacher in the school, still generates some strangeness and fear. Given the revealed results, the relevance of this research resides in the fact that it can contribute to the notion of men working as teachers in early childhood education has more space in the educational, social, scientific and academic scope. In this way, the strangeness of being a male teacher in early childhood education would be overcome in the whole school community, in order to make possible the deconstruction of early childhood education only as a feminine profession.

**KEYWORDS:** Masculinity. Gender. Early Childhood Education. Sexuality.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo é parte integrante de uma pesquisa realizada com três professores do sexo masculino da etapa da Educação Infantil em um município do interior do Estado de São Paulo (FÁVARO, 2020). O objetivo do estudo foi analisar, na ótica desses professores, os principais desafios e julgamentos referentes à profissão por eles escolhida, bem como suas vivências na profissão, contribuindo, assim, para auxiliar a desconstruir a ideia de separação entre tarefas femininas e masculinas e do ato de cuidar como algo inerente apenas ao gênero feminino.

As diferenciações entre gêneros são construções sociais a que estamos sujeitos ao longo de nossas vidas, desde antes de nosso nascimento, uma vez que são padrões há muito tempo presentes, sendo reproduzidas mesmo em situações que não percebemos. Tais construções agem como forma de controle sobre nossas experiências corporais, fazendo com que determinadas características sejam associadas a nós de acordo com o nosso sexo biológico e percebidas como algo natural, inato e intrínseco. Por este motivo, constroem-se padrões a serem desempenhados por homens e mulheres, sendo eles reproduzidos e mantidos por diversos setores da sociedade, os quais se beneficiam dessa diferenciação e separação entre gêneros. Aos poucos, os comportamentos e características atribuídos aos homens e às mulheres vêm se transformando na contemporaneidade, porém, em geral, persiste ainda uma construção social, política, cultural, educacional e histórica de que compete ao homem que seja: valente e a corajoso, o provedor da família, experiente sexualmente, que contenha suas emoções, entre outros. Ao passo que, para as mulheres, há uma cobrança social de que sejam delicadas, femininas, gentis, afáveis, estejam sempre arrumadas, se tornem boas mães, boas esposas, cuidem das crianças, saibam limpar e cozinhar e, além disso, há uma extrema valorização da beleza, entre outros.

Um exemplo desses padrões, que ainda permanecem bastante comuns em nossa sociedade, é a associação entre a docência na Educação Infantil e a figura feminina, visto que nossa socialização interfere até mesmo nas nossas escolhas profissionais. Questões básicas como “o que se espera de uma mulher” e “o que se espera de um homem” norteiam essa divisão estereotipada das profissões, como aponta Chies (2010). A mesma autora (2010) destaca que a sociedade não considera merecedoras de rentabilidade profissões aliadas ao cuidado, historicamente vinculadas às mulheres dentro do ambiente doméstico, bem como encara o trabalho feminino como “força de trabalho secundária” quando comparado ao realizado por homens, o que favorece a

exploração capitalista, uma vez que a sociedade associa o trabalho feminino à falta de uma figura masculina que garanta o sustento principal da família, mantendo a mulher sob salários baixos e condições precárias. Hirata e Kergoat (2007, p. 596) traçam a origem do termo “divisão sexual do trabalho” e fazem uma definição sobre ele como uma divisão social que se organiza em dois princípios: o princípio da separação, onde haveria trabalhos “de homem” e “de mulher” e o princípio hierárquico, onde “um trabalho de homem ‘vale’ mais que um trabalho de mulher” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Por este motivo, a imagem do homem no papel de professor das primeiras etapas da educação ainda é pouco frequente e vista até mesmo com estranhamento pela comunidade escolar (RAMOS, 2011), sendo tratado com muita insegurança e receio, corroborado por essa persistente associação entre a Educação Infantil e maternagem. Tal concepção se dá principalmente pelo entendimento de que as mulheres teriam as características biológicas necessárias para essa função, como se a habilidade de cuidar fosse algo inerente ao sexo feminino, concepção que foi reproduzida ao longo da história com a feminização do magistério e das práticas sociais que vinculam as questões de amor, afeto e cuidado somente ao universo feminino.

Neste cenário, é preciso incluir a perspectiva masculina como elemento importante no ato de cuidar, atuar, mediar e educar, mostrando ser possível, além de necessário, associar masculinidade ao cuidado e à educação e não apenas aos aspectos financeiros e de força. Neste íterim, faz-se necessário também analisar as experiências vividas por estes professores, quais dificuldades encontram no exercício da sua profissão e quais suas motivações para não desistir dela perante as barreiras sociais.

A partir do exposto, considera-se que é de extrema importância o aumento dos estudos científicos sobre temas que ofereçam subsídios teóricos e empíricos para que seja possível a desconstrução dessa “divisão sexual do trabalho”, principalmente nos anos iniciais da educação, em que ela ainda se faz mais presente. Dessa forma, possibilita-se que as crianças sejam educadas, desde as etapas iniciais de escolarização, acreditando e vivenciando oportunidades de trabalho iguais para ambos os sexos, sem distinção e diferenciação de gênero. Ademais, para que elas entendam que não estão destinadas apenas a reproduzir modelos rígidos, preestabelecidos pelo seu sexo biológico.

## **O PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Em nossa sociedade, as diferenciações entre gêneros colocam homens e mulheres em posições hierárquicas diferentes, em que o masculino é a “base do poder” e, assim, trabalhos que envolvem força física, fama, status, prestígio e riqueza como no campo das engenharias, ciência jurídica, política e medicina, ainda são considerados como profissões masculinas, uma vez que contemplariam o saber racional, lógico e exato, enquanto o trabalho doméstico, o magistério e a enfermagem são culturalmente profissões femininas (PEREIRA, 2008, p. 36). As pesquisadoras Padilha, Vaggetti e Brodersen (2006) observaram que a escolha das profissões é influenciada pelo condicionamento recebido desde a infância, ou seja, somos levados a acreditar que temos uma melhor aptidão para determinadas ocupações através do que nos é apresentado como sendo feminino ou masculino.

Quando homens e mulheres rompem com essa visão biologizante e adentram um campo profissional oposto ao seu sexo biológico, são alvos de preconceito e têm sua masculinidade e feminilidade contestadas, por essa persistente concepção, equivocada, de que há profissões apropriadas ao universo masculino e outras para o universo feminino. Rubin (1993) ressalta que a divisão sexual do trabalho pode ser percebida como um tabu, que evidencia a divisão dos sexos como categorias excludentes e acentua as diferenças biológicas entre eles. Além disso, atua também contra outros tipos de arranjos sexuais que não envolvam um homem e uma mulher, uma vez que estabelece a dependência entre os sexos (RUBIN, 1993).

É o que acontece quando homens adentram a Educação Infantil, a qual Rosemberg (1999) destacou ser uma profissão historicamente vinculada ao feminino e exercida por mulheres desde seu princípio, diferentemente de profissões consideradas masculinas e que se feminizaram com o decorrer do tempo.

Arce (2001) analisou que esse entendimento da mulher como a “educadora nata” foi induzido até mesmo pelos teóricos da Educação Infantil “que mais influenciaram essa modalidade de trabalho no Brasil: Rousseau, Froebel e Montessori” (ARCE, 2001, p. 170). E tal associação também influenciou a despreocupação com a formação da/o profissional responsável pela faixa etária dos 0 aos 6 anos, uma vez que, até algumas décadas atrás, para trabalhar com crianças bastava ser mulher/mãe, não sendo necessário nenhum tipo de formação (ARCE, 2001). Ao realizar uma análise dos documentos oficiais do Ministério da Educação e Cultura, a referida autora (ARCE, 2001) observou que, no final da década de 70, algumas das características necessárias para ser educadora eram: ter capacidade de amar, ser jovem, possuir voz agradável, ser bonita e principalmente ser mulher/mãe, corroborando o entendimento de que o fato

de ser mulher automaticamente a tornaria hábil para desempenhar essa função. Assim, nenhuma especialização na área era requerida, sendo que o trabalho voluntário era até mesmo incentivado. Já os homens também deveriam estar presentes no espaço escolar, porém destinados aos cargos administrativos e de serviços gerais (ARCE, 2001).

Corroborando essa associação, Demartini e Antunes (1993) frisaram que a profissão do magistério era entendida como ideal para as mulheres já que tornaria possível conciliar atividades profissionais com as domésticas, devido à curta jornada e às férias escolares, além da concepção de que era justificável pagar um salário menor às professoras, uma vez que seu salário era considerado apenas um complemento da renda familiar.

Vasconcelos e Pocahy (2013) estabeleceram ainda uma relação entre a presença da mulher no espaço escolar e a manutenção do capitalismo industrial, já que as mulheres trabalhadoras precisariam de uma substituta que desempenhasse seu papel de cuidar dos filhos, de forma que a entrada das mulheres na escola significou uma tentativa de passar segurança às mães, "Uma espécie de: 'não tenha medo! Outra mãe cuidará de seu filho'" (VASCONCELOS; POCAHY, 2013, p. 135). Os autores destacaram ainda que os discursos que estabelecem a relação entre a mulher e sua habilidade inata de professora de crianças, "não só territorializam a 'mulher professora'. Eles agem como correias discursivas sobre a mulher e o feminino: confiável, materna, carinhosa, capaz de cuidar... e o que é homem: seu inverso" (VASCONCELOS; POCAHY, 2013, p. 137).

Ainda sobre a percepção da professora como uma substituta materna, Arce (2001, p. 173) fez um importante destaque para o significado carregado pelo termo "tia", que entra como um substituto para o termo "mãe" (já que esse não poderia ser utilizado pelas crianças no âmbito escolar), que representa aquela que faz as vezes da figura familiar no âmbito escolar, secundária e celibatária que cuida dos filhos que não pode ter, além de perpetuar a descaracterização dessa profissional, que oscila "entre o papel doméstico de mulher/mãe e o trabalho de educar". Paulo Freire (1997) também fez considerações acerca do uso da palavra "tia", como uma forma de referência à professora, explicitando os problemas de utilizar essa alcunha para se referir à profissional educadora e destacando como a palavra tem o poder de reduzir a condição da profissão.

Ensinar é profissão que envolve certa tarefa, certa militância, certa especificidade no seu cumprimento enquanto ser tia é viver uma relação de parentesco. [...] A tentativa de reduzir a professora à condição de tia é uma "inocente" armadilha ideológica em que, tentando-se dar a ilusão de adocicar a vida da professora o que se tenta é amaciar a sua capacidade de luta ou entretê-la no exercício de tarefas fundamentais. Entre elas, por exemplo, a de desafiar seus alunos, desde a mais

tenra e adequada idade, através de jogos, de estórias, de leituras para compreender a necessidade da coerência entre discurso e prática; um discurso sobre a defesa dos fracos, dos pobres, dos descamisados e a prática em favor dos cambados e contra os descamisados, um discurso que nega a existência das classes sociais, seus conflitos, e a prática política em favor exatamente dos poderosos (FREIRE, 1997, p. 18).

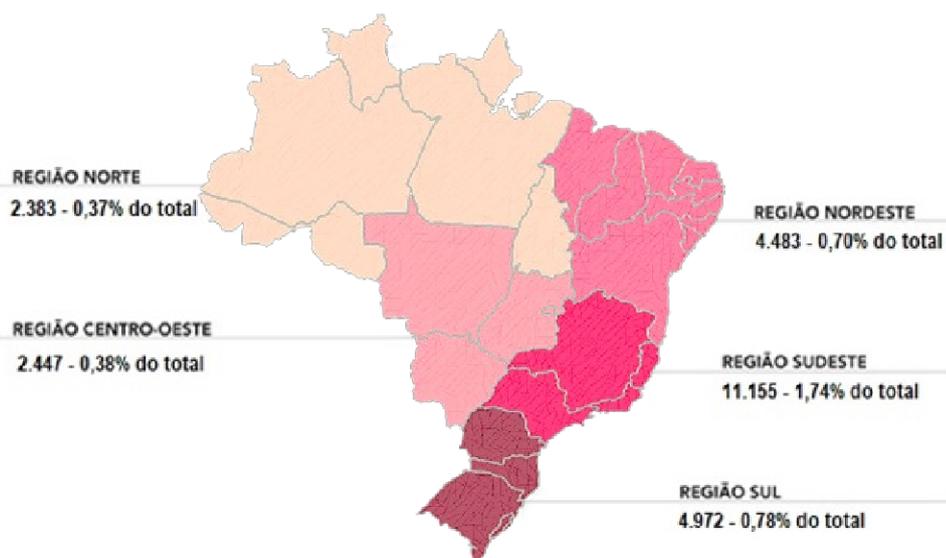
Além disso, Alves e Côco (2018) salientaram que ainda persiste o entendimento do magistério como uma substituição da família, ressaltando elementos afetivos e inatos em detrimento da necessidade de formação. Tal pensamento contribui para que a profissão permaneça vinculada à imagem de uma atividade que não exige formação e nem conhecimentos específicos, cuja única função seria cuidar de crianças, além de uma ocupação que não exige tempo, podendo ser exercida de forma secundária ou complementar (GALVÃO; BRASIL, 2009).

Corroborando esse entendimento da Educação Infantil como uma profissão feminina, segundo dados da mais recente Sinopse Estatística da Educação Básica<sup>1</sup>, apresentada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Brasil existem 640.314 professores atuando na Educação Infantil (creche e pré-escola), sendo que, desse total, apenas 25.440 são do sexo masculino, ou seja, apenas 3,97% do total de profissionais (BRASIL, 2020). Com o objetivo de ilustrar melhor este quadro, a figura a seguir apresenta o número de professores do sexo masculino atuantes na Educação Infantil e sua porcentagem em relação ao total de professores atuantes no território nacional.

---

<sup>1</sup> Sinopse Estatística da Educação Básica 2019 (BRASIL, 2020), lançada em 31/01/2020.

Figura 1: Número de professores do sexo masculino atuantes na Educação Infantil por Região Geográfica



Fonte: Elaboração própria (2020) com base nos dados da Sinopse Estatística da Educação Básica 2019 (BRASIL, 2020).

A partir desses dados é possível perceber como é desigual a distribuição de professores de acordo com o gênero na docência dos anos iniciais da Educação Básica, em especial na Educação Infantil, salientando que em apenas uma região brasileira a porcentagem ultrapassa a marca de 1% do total de professores atuantes na referida faixa etária.

Apesar deste quadro desfavorável, a presença de homens na Educação Infantil tem muito a contribuir para a formação das crianças. Como apontou Jensen,

[...] o corpo docente de um mesmo sexo não pode educar crianças para acreditar em oportunidades iguais para ambos os sexos. "Crianças não fazem o que nós as mandamos fazer, elas fazem o que nos veem fazer". Igualdade de oportunidades para ambos os sexos, tem sido enfatizada nas escolas, mas a Educação Infantil tem sido uma área onde ela tem sido negligenciada (JENSEN, 2004, p. 3).

Porém, quando um homem se insere nessa etapa da educação, ele é visto com estranhamento, como se estivesse atuando numa profissão inadequada ao seu gênero (ALENCAR; FREIRE, 2016; SILVA, C. R., 2012 e 2014). Em geral, quando atuantes na Educação Infantil, os homens são encaminhados para turmas de crianças mais velhas, que demandariam menos cuidados corporais, configurando-se uma nova forma de segregação, por serem desacreditados de conseguirem "dar conta" de trabalhar com faixas etárias iniciais, sendo até mesmo vítimas de abaixo-assinados para que se afastem da escola (HIRATA; KERGOAT, 2007). É possível observar essa divisão dentro

da própria Educação Infantil, tomando novamente os dados da Sinopse da Educação Básica, onde existem 7.911 professores do sexo masculino atuantes na creche (crianças de 0 a 3 anos) e 17.529 professores atuando na pré-escola (crianças de 4 a 6 anos), ou seja, uma quantidade mais que duas vezes maior na faixa etária de crianças mais velhas (BRASIL, 2020).

Em geral, quanto mais nova a criança, mais cuidados ela necessita, e a ideia de ter um homem realizando cuidados corporais e de higiene nas crianças pequenas ainda é motivo de grande estranhamento, medo e preocupação na sociedade e entre os pais e mães. Jensen (2004) apontou que até mesmo a possibilidade de aumento dos abusos sexuais é usada como argumento daqueles contrários à maior inserção de homens nessa carreira, colocando uma ênfase na sexualidade masculina que nunca é cogitada no caso feminino. Jaeger e Jacques (2017) afirmaram que é importante destacar também que por estes mesmos motivos, até mesmo a realização do estágio obrigatório nas turmas de crianças pequenas se torna um problema, uma vez que, tais estudantes acabam sendo prejudicados ao perder etapas dessa importante atividade, a qual permite uma aproximação com a realidade na qual este estudante atuará no futuro (GONÇALVES; PIMENTA, 1990).

Silva, P. R. (2014) observou em sua pesquisa o impedimento que alguns professores homens têm em realizar as mesmas funções de uma professora mulher dentro da escola, como no caso de dar banho em meninos e meninas. Um de seus entrevistados, além de ser encaminhado para a turma das crianças mais velhas pelo fato de ser do sexo masculino, teria sua turma acompanhada por outra professora no momento do banho das crianças e caso esta não pudesse, a tarefa seria realizada pela profissional de serviços gerais da escola (SILVA, P. R., 2014).

No tocante a essa situação dos cuidados corporais, Ramos (2011) também averiguou esse impedimento entre os professores homens sujeitos de sua pesquisa, em que um deles recebeu um comunicado da gerência de educação da cidade, proibindo-o de realizar a tarefa do banho nas crianças por uma reclamação de famílias das mesmas, sendo que, posteriormente, o professor acabou sendo transferido para uma turma de crianças mais velhas. O mesmo foi apontado na dissertação de Xavier (2017), em que o pesquisador pôde observar que o banheiro era um espaço de distanciamento do professor do sexo masculino, na tentativa de evitar qualquer associação à pedofilia, e caso fosse necessário, a merendeira da escola assumiria a função de ajudar as crianças. Apesar do estudo de Xavier (2017) ter sido focado no ensino fundamental, é possível destacar, através dele, que mesmo em uma turma de crianças mais velhas, ainda

haveria limitações na atuação do professor do sexo masculino. É importante frisar, ainda, que nesses casos destacados anteriormente, a presença do homem acabou gerando também um desvio e/ou um acúmulo de função para as outras profissionais do sexo feminino daqueles espaços escolares.

Muitos familiares expressam preocupação frente a um professor do sexo masculino realizando cuidados em seus filhos, como Ramos (2011), Gonçalves e Antunes (2015) e Gonçalves, Capristo e Ferreira (2015) apontaram anteriormente em seus estudos. Araújo (2009) destacou que a desconfiança perante a figura do professor não ocorre quando se trata de uma professora, de forma que as mulheres quase nunca são alvo de suspeita. Por este motivo, Felipe (2006) salientou que alguns homens acabam modificando sua forma de agir com as crianças, com medo de serem associados à pedófilos.

Silva, C. R. (2012), através de sua própria experiência como professor, observou que o professor do sexo masculino é alvo de maior visibilidade na instituição escolar dos anos iniciais, visibilidade esta que está presente por meio de cobranças, elogios, surpresas e "perseguições", em que o olhar de todos sempre é voltado para ele, sua sala de aula e sua relação com as crianças. Outro ponto de destaque é em relação à necessidade de corresponder às expectativas das colegas de trabalho como se já fosse um professor experiente, não percebendo essa mesma cobrança com as mulheres igualmente iniciantes na profissão. Sayão (2005) destacou a existência de uma desconfiança em relação à capacidade de homens desempenharem ações de cuidado, frisando que eles podem sim aprender a cuidar, mas, para que isso aconteça, é necessário que não sejam impedidos.

Além dessa desconfiança quanto à capacidade dos homens, outra opinião que frequentemente aparece durante o trabalho do professor é a suspeita quanto a sua sexualidade (SILVA, C. R., 2012). A partir dessa errônea associação entre o professor e a homossexualidade, alguns pais temem que seus filhos passem a desenvolver comportamentos homoafetivos, influenciados pelo convívio com o professor (ALENCAR; FREIRE, 2016).

Dessa forma, além de pensarmos apenas na influência do gênero dentro desta temática, é importante analisar também a sobreposição de preconceitos aos quais os professores homens podem estar sujeitos, principalmente na faixa etária da Educação Infantil. Em relação a este fator, Sayão (2005) assinalou que quando a escola de Educação Infantil é considerada apenas um local de socialização feminina, a sexualidade dos homens que ali se inserem se torna alvo de dúvidas. A autora (SAYÃO, 2005)

verificou em sua tese de doutorado que alguns professores de seu estudo já haviam vivenciado episódios em que tiveram sua orientação sexual contestada, sendo que um deles chegou até mesmo a buscar uma modificação corporal, através do uso de esteroides, com o objetivo de compor uma imagem mais viril e, portanto, “mais masculina” aos olhos da sociedade, fugindo assim das suposições quanto a sua sexualidade.

É necessário e importante chamar a atenção ainda para o Projeto de Lei nº 1.174, de 2019 (PL 1174|2019) apresentado na Assembleia Legislativa de São Paulo pelas deputadas estaduais Janaina Paschoal, Leticia Aguiar e Valéria Bolsonaro, todas do Partido Social Liberal (PSL). A proposta busca garantir que apenas as mulheres possam realizar o cuidado íntimo com crianças nas escolas do estado de São Paulo. Além de ser discriminatória, tal medida fomenta a divisão sexual do trabalho e ainda fere o direito dos professores habilitados de desempenharem seu trabalho de forma integral (SÃO PAULO, 2019). Ademais, torna-se prejudicial às crianças, uma vez que limita o contato que elas terão com professores do sexo masculino, ampliando sua percepção e construção de que o gênero masculino não é apto para o cuidado, bem como de que o gênero pode ser um impeditivo para o desempenho de algumas atividades, o que pode dar a continuidade nas diferenças de gênero quando o tema é divisão de tarefas.

Neste ínterim, faz-se presente a afirmação de Silva, C. R. (2014), a seguir, acerca dos profissionais da Educação Infantil,

Ele/ela é alguém que exerce uma profissão. Recebeu formação para isso. Foi aprovado num concurso público ou passou por uma entrevista que o habilita a exercer uma função: a função de ensinar na primeira infância. Referimo-nos, portanto, a uma pessoa que trabalha. Está envolvida em práticas de ensino e aprendizagem, cuidado e desenvolvimento humano (SILVA, C. R., 2014, p. 40).

## **METODOLOGIA**

Conforme mencionado na introdução deste artigo, o presente estudo contou com a participação de três professores do sexo masculino, atuantes na rede de Educação Infantil de um município localizado no interior do estado de São Paulo. Como instrumentos analíticos, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e uma roda de conversa, cujas gravações foram transcritas integralmente para a análise dos dados. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética, sendo que os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e foram convidados a escolherem nomes

fictícios que os representassem no presente estudo. O **Quadro 1** a seguir contém as informações gerais dos entrevistados.

Quadro 1: Dados dos Participantes

<b>Identificação</b>	Daniel	Rodrigo	José
<b>Idade</b>	53 anos	32 anos	31 anos
<b>Religião</b>	Ateu	Não tem	Umbandista
<b>Formação</b>	Pedagogia	Magistério, Letras e Pedagogia	Pedagogia
<b>Tempo de atuação (Educação Infantil)</b>	27 anos	4 anos e meio	6 anos
<b>Estado civil</b>	Casado	Solteiro	União estável
<b>Possui filhos</b>	1	Não	Não
<b>Orientação Sexual</b>	Heterossexual	Homossexual	Homossexual

Fonte: FÁVARO, 2020

Para o contato com indivíduos que se encaixassem nos critérios mencionados anteriormente, as pesquisadoras entraram em contato com a Secretaria de Educação do município, explicando as motivações, procedimentos, bem como os benefícios da pesquisa e solicitando que fosse disponibilizado o quadro de professores das escolas de Educação Infantil do município. Nesse contato, foi informado que primeiramente seria preciso abrir um pedido de acesso à informação pública, protocolando-o junto à prefeitura. Após o processo e a obtenção do documento solicitado, foram destacados os profissionais do sexo masculino dentre a relação total dos professores dessa etapa de ensino. Neste primeiro recorte, obteve-se uma relação de apenas 8 professores do sexo masculino, num total de 553 atuantes (1,44% apenas), número que já demonstrou o primeiro sinal da disparidade na proporção entre homens e mulheres atuando nessa faixa etária daquele município.

A partir destes dados, deu-se a procura por esses profissionais, porém nos primeiros contatos descobriu-se que a lista abrangia também os professores de educação física, os quais não eram o foco da pesquisa, e dessa forma a lista de professores que se enquadravam nas características da amostra foi reduzida ainda mais. Posteriormente, através de diversos contatos, conseguiu-se localizar 4 professores atuantes na Educação Infantil, dos quais 3 responderam de forma positiva, aceitando fazer parte do estudo.

Cabe destacar que, por se tratar de uma amostra pequena e de caráter muito particular, decidiu-se omitir também o nome da cidade onde a pesquisa foi realizada, além do nome dos entrevistados, como forma de garantir o completo anonimato dos sujeitos, preservando suas identidades e possibilitando que eles se sentissem livres em expor suas histórias de vida.

Salientamos ainda que na transcrição e reprodução das entrevistas, foram realizadas algumas correções em aspectos próprios da oralidade, ou seja, a grafia das palavras foi, em sua maioria, registrada de acordo com a norma culta da língua portuguesa, em que apenas expressões muito cristalizadas no idioma foram mantidas em sua forma original para que não se perdesse o caráter da oralidade.

## **ANÁLISES E DISCUSSÃO**

O convívio próximo entre as crianças e o professor, um homem que não faz parte de seu convívio familiar, ainda é motivo de estranhamento por grande parte da sociedade, principalmente quando são crianças pequenas e esta relação envolve cuidados corporais e demonstrações de carinho, tão frequentes na Educação Infantil. Sayão (2005, p. 16) evidenciou a existência de uma visão estereotipada acerca do homem “sexuado, ativo, perverso e que deve ficar distante do corpo das crianças”, sendo que em oposição direta, a mulher é vista como um ser puro e assexuado, e dessa forma, ideal para a função de cuidadora. Essa visão sobre o masculino levanta também para a discussão outro ponto que envolve a presença do homem na sala de aula: o professor poderia ser um possível pedófilo, devendo por este motivo estar sob vigia constante dentro do espaço escolar.

Araújo (2009, p. 121) reafirmou a existência desse pensamento e apontou que tal ideia parece estar ligada à crença de que só homens são “abusadores em potencial”, uma vez que a figura da professora quase nunca é alvo dessa mesma preocupação. Essa concepção leva os professores do sexo masculino a estarem sob uma vigia constante, mesmo que disfarçada. Ademais, a partir dessa vigilância de terceiros, alguns professores iniciam também um processo de autovigilância sobre seus comportamento e ações, na tentativa de evitar quaisquer problemas na sua atuação profissional, como destacou Xavier (2017).

Esse processo de autovigilância foi observado na fala de um dos entrevistados, motivado por um momento em que teve que falar de forma mais incisiva com as crianças, sendo que uma das mães teria percebido tal fato de forma equivocada. Dessa

forma, ele indicou que passou a autovigiar suas ações e seu modo de falar com as crianças e entende-se, portanto, que a ação do professor se tornou uma forma de prevenção frente à vigia constante da sociedade, que viria de fora dos alambrados da escola. Além disso, o docente ressaltou em sua fala que essa vigia observa a ação do professor apenas em busca de falhas, não procurando entender a fundo o contexto de suas práticas.

*Uma vez eu chamei a atenção dos meus meninos, na hora da saída [...]. Eu já havia chamado para lavarem as mãos e nós íamos nos sentar, para esperar abrirem o portão. E aí, quando eles não vieram, eu os chamei um pouco mais bravo. Porque se eu os chamasse muito bonzinho, eles também não viriam. Daí, quando eu chamei a atenção mais firme com eles, uma mãe do berçário foi reclamar de mim para a diretora. [...] ela chegou e falou: "Nossa, se meu filho do berçário tiver que estudar com aquele professor homem lá, eu não vou querer. Porque ele estava chamando as crianças dele do parque e ele falou bravo com as crianças, porque elas estavam só brincando no parque". Mas a mãe não entendeu que aquele era o momento de elas lavarem as mãos, quer dizer, ela pegou uma parte do contexto. [...] A diretora, me conhecendo já há dois anos, veio conversar comigo numa boa. Me chamou até a sala dela e falou: "Rodrigo, te conheço, nem sei como eu vou te falar isso, porque você é uma pessoa tão carismática, tão educada, mas aconteceu uma coisa e eu vou ter que te contar, só pra você ficar mais esperto assim. [...] Então agora eu procuro me policial, porque em volta da escola é tudo alambrado, não são murados os nossos CER<sup>2</sup> aqui, a maioria, ver como eu vou chamar a atenção. Porque ela, que está do lado de fora, não vê que de manhã eu recebo minhas crianças muito bem, ela não vê que eu faço um trabalho muito bom e que todas as pessoas gostam de mim. Então ela não vê, as pessoas veem aquela parte que lhes interessa. (Professor Rodrigo)*

A já referida ação de autovigilância também foi destacada pelo professor Daniel, como é possível verificar em sua fala, reproduzida a seguir. Ao comentar sobre a ação, o professor evidenciou o receio dos professores do sexo masculino em relação às demonstrações de afeto às crianças, tão frequentes na educação de crianças pequenas e normalizadas quando são realizadas por uma professora do sexo feminino.

*Por mais que a gente não queira, sofremos influência do meio, da questão de preconceito e tudo. Acaba se vigiando [...]. Vou dar um exemplo prático: para uma mulher, seria super normal pegar uma criança pequena, colocar no colo, sentar na perna e tudo... O homem tem que pensar duzentas vezes antes de fazer isso, porque o receio vai ser maior. Com ela ((a professora)) vai ser uma coisa natural dentro da família, mas com ele ali, com que olhos vão olhar? (Professor Daniel)*

No entendimento do professor Daniel, o mais velho dos entrevistados e que há mais tempo atua na área, o fator da idade também tem influência na associação do professor a um possível abusador. De acordo com seu ponto de vista, os professores

---

<sup>2</sup> Centro de Educação e Recreação.

mais velhos carregariam mais esse estigma em comparação com os jovens, justificando que no imaginário social o pedófilo é com frequência o homem de meia idade. Felipe (2006) observou essa associação, apontando que muitos profissionais da área da Educação Infantil acabam modificando suas ações e sua relação com as crianças com medo de serem associados a pedófilos, uma vez que as manifestações de cuidado e afeto entre homens e crianças muitas vezes são vistas como passíveis de desconfiança.

A partir desses estranhamentos causados pelo homem na Educação Infantil, percebe-se que os professores entrevistados criam estratégias para tranquilizar a família de suas crianças, numa tentativa de prevenir problemas que possam surgir. Os docentes enfatizaram a importância da reunião pedagógica realizada antes do início do ano letivo com os pais e/ou responsáveis das crianças, uma vez que seria uma oportunidade dos professores se apresentarem e mostrarem sua qualificação para a função.

*Eu sempre já cheguei meio que com escudo, né? Na primeira reunião do ano [...] eu já cheguei explicando detalhadamente como que era a rotina [...] já para evitar qualquer tipo de problema que pudesse ter. Porque os pais: "Ah vai ser um professor?! Vai ser um tio, não vai ser uma tia?!". Eu falei assim: "Vai ser o professor, mas não é só o professor, tem a agente educacional". Apresentei a agente educacional que iria trabalhar comigo aquele ano, expliquei como se daria a rotina. Então eu acho que é o que eu falo [...], a primeira reunião de pais é o momento que você vai deixar a família tranquila para realizar bem o seu trabalho durante o ano inteiro. (Professor José)*

Ramos (2011) pôde observar que, em geral, as famílias agem em negação à presença do professor do sexo masculino na Educação Infantil, especialmente quando este desempenha tarefas de cuidado e higiene das crianças. Porém, o autor (RAMOS, 2011) destaca que, em alguns casos, essa visão é modificada com o tempo, após os familiares e responsáveis conhecerem o professor e o trabalho que ele desenvolve. É interessante observar ainda que até mesmo as próprias professoras, ao se colocarem no lugar das mães, manifestam sua desconfiança no trabalho do professor, persistindo entre professores e familiares o entendimento de que homens não são aptos para a função (RAMOS, 2011) e desconsiderando que ele é também um profissional com formação para trabalhar na Educação Infantil.

Destacando as ações de cuidado, que geralmente não têm sua importância reconhecida, Alves e Veríssimo (2007) apontaram que elas afetam diretamente o desenvolvimento neurológico da criança, uma vez que o cérebro infantil estabelece sinapses através da interação com o mundo e com seus professores, de forma que, quanto mais estimulação, mais significativa será seu desenvolvimento cerebral.

Segundo as autoras supracitadas (ALVES; VERÍSSIMO, 2007), estímulos como o toque, a alimentação, a orientação nas questões de higiene, entre outros, devem ser potencializados no âmbito educacional visando à qualidade desses cuidados, os quais devem ser realizados por profissionais qualificados, propiciando às crianças um desenvolvimento pleno. Isto posto, a única condição necessária para desempenhar tais cuidados dentro da Educação Infantil seria possuir a formação necessária, de maneira que o gênero do cuidador não pode ser um impedimento para a realização do trabalho. Como apontou Jensen (2004), não há motivos biológicos que impeçam os homens de realizar tarefas de cuidado, mas sim apenas o mito de que esta não seria uma função masculina, ideia que se busca desconstruir ao longo deste estudo.

Contudo, não é o que acontece na realidade. O professor Daniel lembrou um caso de sua trajetória em que sua presença no espaço escolar foi questionada, e dessa vez por um profissional também do sexo masculino e igualmente atuante na escola, porém como inspetor das crianças.

*Por estranho que pareça de um homem que trabalhava no local [...] Ele me falou, depois de uns dois meses que eu estava lá: "Ah Daniel, deixa eu te falar uma coisa, vou te pedir desculpas. Quando eu vi que veio um homem aqui para trabalhar com as crianças, eu estranhei muito". Aí eu falei: "Mas você é homem e está trabalhando com as crianças". Ele falou: "Ah, mas eu não dou aula". Eu falei: "Mas você tem até mais contato com todas as turmas do que eu". Ele falou: "Não, mas você me desculpa. Estou pedindo desculpas porque eu não sabia quem era, não conhecia, aí depois eu vi como você se dá com crianças, que você faz um trabalho profissional. Eu vi que era muita bobeira minha, então eu peço desculpas". (Professor Daniel)*

A partir do relato, foi interessante perceber que esse outro homem, mesmo também atuando na escola e lidando diariamente com as crianças, assim como o professor, não chegava a considerar sua presença no espaço escolar, tendo-o como alvo de estranhamento, uma vez que ele desempenhava uma ocupação profissional diferente de seu colega. À vista disso, é bastante comum que os homens que trabalham dentro do espaço escolar, em geral, busquem desempenhar funções mais ligadas ao controle e à disciplina, como forma de marcar sua superioridade dentro desse espaço historicamente associado à figura feminina (ARAÚJO, 2009). Ademais, Vianna (2013) frisou a existência de uma clara demonstração de superioridade entre professores homens em relação às mulheres no espaço escolar, visto que, usualmente, os homens da profissão são elevados a cargos de poder e representação, considerados de maior importância, mesmo quando esse não é o objetivo do professor. Tal fato pode ser observado no presente estudo, uma vez que, na época da realização da entrevista,

Daniel esclareceu que não estava atuando como professor, mas sim desempenhando uma função administrativa junto à Secretaria de Educação, destacando que não se sentia motivado nesta nova função, visto que ela não possibilitava colocar em prática todo o conhecimento que ele havia acumulado ao longo dos anos, através de sua formação continuada e experiência como professor. À vista disso, o professor ressaltou que sua pretensão era voltar para a sala de aula o mais breve possível.

Corroborando esse entendimento, todos os entrevistados reafirmaram a dificuldade de encontrar professores do sexo masculino atuando nas salas de Educação Infantil e, de modo geral, atribuíram esse fato ao entendimento social de que é uma profissão feminina, havendo por este motivo um afastamento dos homens em relação a profissão. Um dos entrevistados afirmou que também reproduzia essa percepção em relação a atuar na Educação Infantil.

*Eu acho que é aquele preconceito que eu falei no começo (da entrevista), que eu tinha e eu acho que muitos têm ainda. De encarar a sociedade: "O que os outros vão pensar de mim trabalhando na educação infantil?". Eu acho que é o medo mesmo, esse tabu que as pessoas têm do sexo masculino e as vezes acabam optando pelo fundamental. Eu tenho um amigo que prestou o concurso aqui, esse último agora, e ele passou bem na educação infantil, mas ele sempre foi do fundamental. E aí conversando com ele um tempo atrás, eu perguntei: "Mas e aí, você iria assumir?", porque eu já sei desse conceito do que que ele pensa de educação infantil. E eu senti meio que, talvez não, que ele não fosse querer assumir. Eu acho que é esse pré-conceito<sup>3</sup> que os homens acabam criando mesmo, né? "Mas eu na educação infantil? Sempre estive no fundamental, eu não me vejo". Muitas pessoas pensam assim: "Eu não me vejo trabalhando na educação infantil", mas tem formação para isso, o que falta é coragem.*  
**(Professor Rodrigo)**

Já quando assumem a função de professor de educação infantil, os homens, quando não são encaminhados para turmas de crianças mais velhas, conforme já destacado anteriormente, são impedidos de realizar algumas funções ou são desviados da função para a qual foram contratados (RAMOS, 2011). O professor Daniel ressaltou esse impedimento encontrado por alguns professores para a realização de práticas pedagógicas, principalmente as relacionadas à higiene das crianças, comentando que percebe um movimento sutil dos gestores e diretores no direcionamento dos professores homens para turmas de crianças mais velhas e que exijam menos cuidados.

---

<sup>3</sup> É necessário destacar que, ao ser questionado sobre o uso das palavras "pré-conceito" e "preconceito", Rodrigo apontou que, para ele, existe uma diferenciação de significado entre tais palavras, de forma que a primeira representaria os juízos pré-concebidos que criamos sobre determinado assunto ou situação, em outras palavras, a "primeira impressão", podendo ser positiva ou negativa. Já a segunda palavra representaria o sentido de intolerância frente às diferenças, em sentido apenas negativo. Isto posto, transcrevemos tais palavras sempre da forma como o professor as pronunciou, buscando exprimir seu pensamento com fidelidade.

Além disso, relembra já ter vivenciado movimentos de separação quando trabalhava como agente educacional e realizava a orientação do banho das crianças.

As suspeitas quanto à sexualidade destes homens, que adentram à Educação Infantil, é outro julgamento bastante recorrente que recai sobre o professor, como foi observado anteriormente em diversos estudos que abarcaram esta temática (SAYÃO, 2005; RAMOS, 2011; SILVA, C. R., 2012; ALENCAR; FREIRE, 2016). Tal associação também esteve presente na fala de um dos entrevistados, quando o professor Daniel comenta já ter sentido esse preconceito de maneira velada, nos momentos em que mencionava ser professor de Educação Infantil à terceiros. Silva e Veloso (2018) destacaram que, no entender de algumas pessoas, se o homem escolhe a docência de crianças como atuação profissional ele é homossexual ou pedófilo, descartando quaisquer outros motivos que o tenham levado até a profissão.

Sayão (2005) analisou que essa suspeita quanto a uma possível homossexualidade dos professores são evidências do reforço da masculinidade hegemônica que está presente nas instituições de Educação Infantil. É certo que a masculinidade hegemônica age sobre todas as outras expressões de masculinidades, destacando os comportamentos que seriam aceitáveis ou não para os homens. Mas, a partir da observação de Sayão (2005) e da vivência dos professores na Educação Infantil, é possível observar que ela está longe de ser algo que influencia apenas a parcela masculina da população, estando presente e agindo também sobre ambientes considerados femininos, como a instituição de Educação Infantil. Neste ínterim, a autora (SAYÃO, 2005, p. 221) destacou ainda que pode ser possível afirmar que “os professores vivenciam ambiguidades, contradições e conflitos quanto às masculinidades”, tendo que aprender a conviver com esses sentimentos homofóbicos a que estão expostos.

Apesar dos preconceitos, receios, questionamentos e ressalvas que a presença do professor do sexo masculino pode gerar para os adultos, os entrevistados apontaram que em relação às crianças o mesmo não acontece, uma vez que estas se mostram receptivas à presença do homem no ambiente escolar.

*[...] se é uma escola que nunca teve um professor homem, para eles ((crianças)) é diferente. Mas é diferente para melhor, não é um diferente que eles não irão gostar. [...] Mas nunca vi não, que eles encarassem como uma coisa com medo, ou que seja muito diferente. [...] Então quando você passa por aquela escola e quebra aquele tabu, você mostra para a sociedade que o professor homem não é um bicho de 7 cabeças, que ele não vai maltratar seu filho. Você vai quebrando aquele pensamento, vai destruindo aquele pensamento ruim das famílias. Eu acho que o professor homem tinha que passar por todas as escolas, para quebrar*

mesmo esse tabu de que ele não pode estar na educação infantil. **(Professor Rodrigo)**

*Não, acho que a maioria das crianças não têm. Porque eles veem aquele homem ali, professor, mas eles têm o pai, o tio, o avô. [...] Então a criança não. O preconceito é maior dos adultos mesmo. A não ser aquela criança que o pai já fala para ela: "Olha, cuidado que aquele lá é homem". Mas nunca tive nada direto assim. **(Professor Daniel)***

Os professores avaliaram que quando surge algum tipo de reação negativa das crianças ela é, geralmente, uma reprodução do pensamento dos pais e/ou responsáveis. Tal situação foi observada por Alencar e Freire (2016) ao perceberem que o estranhamento perante o estagiário do sexo masculino era sempre dos pais/mães, já que as crianças só manifestavam uma boa relação com ele, interagindo e pedindo expressões de carinho, como abraços e colo. Cabral (2016), em sua tese de doutorado, buscou compreender quando o preconceito tem origem na vida das crianças. A partir de suas análises, a referida autora (CABRAL, 2016) ressaltou a importância de uma intervenção precoce, para que os efeitos da discriminação sejam minimizados, frisando ainda que a faixa etária dos 3 e 4 anos seria a limite para a aplicação de tal intervenção. Ainda sobre a percepção das crianças, Jensen (2004) destaca que elas reproduzem aquilo que veem, de forma que a presença do professor nas creches, pré-escolas e escola pode colaborar para que cresçam vivenciando oportunidades iguais de trabalho para ambos os sexos.

*Eu tive no meu primeiro ano, nessa escola aqui próxima, uma criança que a mãe falou assim: "Tem problema se eu não trazer?" [...] Eu falei: "Obrigatório não é, mas é a oportunidade que ela tem de desenvolver". Aí dei meus argumentos para ela e ela falou: "Ah é porque ela não consegue se acostumar". E aí ela ((criança)) não foi, deixou de frequentar a escola [...]. Só foi no ano seguinte, que daí ela teria uma professora e não um professor. Embora eu tenha tentado mostrar para a mãe que ela seria uma peça fundamental para mudar essa visão, porque na verdade ela acabava reforçando a visão que a criança tinha. Que na verdade foi construída por coisas externas, pois a criança, por si, não vai criar nenhuma barreira em ter um professor na sala de aula. Sempre vem de alguém, sai de algum lugar. E quem que está próximo da criança? Os pais, a mãe, principalmente nesse caso. Então se os pais ajudam, contribuem para que a criança tenha um bom desempenho, independente se for um professor ou uma professora, isso vai acontecer. **(Professor José)***

O trecho destacado anteriormente evidencia que, no entendimento do professor, o medo da criança frente à figura do professor foi construído, não sendo percebido por ele como algo natural. O mesmo docente destacou ainda que a mãe da criança deixou de levá-la à instituição até o ano seguinte, de forma que ela não pôde aproveitar essa oportunidade para desconstruir sua visão enviesada do masculino na escola. Ademais,

fica evidente que a criança ainda foi prejudicada em relação à aprendizagem, ao desenvolvimento e à socialização, entre outros dos diversos benefícios proporcionados pela Educação Infantil, que foram perdidos apenas porque o profissional era um professor e não uma professora. A partir do exposto, verifica-se a necessidade de estudos posteriores que abarquem a presença do professor do sexo masculino, porém do ponto de vista das crianças, possibilitando averiguar qual o entendimento e sentimento delas acerca da presença do professor homem na educação infantil.

Além da influência da família, destaca-se também a influência da escola como criadora e reprodutora das diferenciações de gênero e de preconceitos. Essa situação fica evidente a partir da fala a seguir, do professor José, indicando como esse prejulgamento é colocado na cabeça das crianças, muitas vezes pelos próprios funcionários da escola, que passariam uma imagem do professor do sexo masculino como um carrasco, numa tentativa de ameaçar as crianças que não demonstram um bom comportamento.

*É muito comum, inclusive, as professoras falarem assim: "Ah, eu vou chamar o tio José. Vou deixar você com o tio José". Porque daí a criança fala assim: "Ah eu não quero ficar lá de castigo. Eu não quero ficar lá com ele". Então acho que é mais a referência que se tem e que as vezes acaba sendo até reforçada pelas professoras. (Professor José)*

Neste ínterim, faz-se importante que a escola identifique as diferenciações de gênero e os preconceitos reproduzidos entre crianças e funcionários, de forma a construir um trabalho eficiente, visando atenuar e, posteriormente, extinguir esses comportamentos preconceituosos. Como afirma Louro (2003, p. 85), a escola, além de atuar com conhecimentos, também "fabrica sujeitos", produzindo identidades étnicas, de gênero, de classe em situação de desigualdade, uma vez que estaria "intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida".

Foi possível perceber também, através das análises, que os professores procuravam desconstruir alguns padrões relacionados aos papéis sexuais em suas práticas cotidianas, como a separação entre "brinquedos de meninas" e "brinquedos de meninos". Todos os entrevistados evidenciaram que não deve existir tal separação, de forma que cada criança deve brincar com aquilo que é adequado à sua idade, sem distinção de gênero. Evidenciou-se também que os professores deste estudo buscaram desfazer este conceito de separação nas crianças que já o reproduziam, intervindo nas situações em que os pequenos julgavam algum colega que estaria com um brinquedo "inadequado" ao seu gênero. Esta intervenção é bastante importante, uma vez que,

como destaca Finco (2010, p. 134), é necessário realizar uma desconstrução dessa “lógica binária” nos brinquedos e brincadeiras, os quais funcionam como uma representação do mundo para as crianças. Afinal, não é possível que as crianças cresçam acreditando em oportunidades iguais se, desde pequenas, elas são apresentadas a brinquedos e brincadeiras que excluem, dividem e separam.

*Algumas vezes, alguma menina fala assim: "Ah ele quer a boneca", eu falo: "Ué, dá a boneca para ele. Você vai brincar?", "Não", "Então deixa ele brincar, qual o problema?". Elas normalmente ficam meio assim [...] Por quê? Em casa deve ouvir que, de repente tenha irmão e tudo mais, e ouve sempre assim: "Ah você tem que brincar de carrinho por ser menino e você brinca de boneca". E coisas desse tipo. (Professor José)*

O professor Daniel também destacou que essa separação é prejudicial à criança e considera tal ação como um crime<sup>4</sup> praticado contra elas, já que todos os seres humanos devem conhecer todos os objetos que os rodeiam. Além disso, devem saber como lidar com tais objetos, de maneira a não incutir nas crianças entendimentos errôneos originados a partir das brincadeiras, como por exemplo, de que o ato de dirigir não seria uma ação feminina e cuidar não seria uma ação masculina.

Além de concordar com os demais entrevistados, o professor Rodrigo ainda ressaltou que vivemos um período muito complicado em que ele percebe muita separação entre os gêneros, tal situação reafirmada ainda mais pela questão da “ideologia de gênero” e do temido “kit gay”<sup>5</sup>, que ele destacou perceber como tentativas políticas de desvalorizar a profissão e controlar as práticas pedagógicas dos/as professores/as. Rodrigo comentou também que chegou a ser questionado pela mãe de uma das crianças, após apresentar em sua sala de aula *O Livro da Família*, do escritor Todd Parr (2003), que aborda a multiplicidade de configurações familiares.

*A mãe já chegou falando "Nossa, Rodrigo, **eu não tenho preconceito nenhum. A gente tem homossexual na família**, mas meu marido ficou curioso pra saber como você trabalhou isso.", eu falei: "Olha, eu não falei nada demais, inclusive eu vou pegar o livro para a senhora ver." [...] Na minha cabeça eu fiquei com aquilo: "Gente, será que os pais estão achando que nós estamos trabalhando esse bendito kit gay?". Que na verdade eu nunca vi, em 13 anos na escola, e que agora a mídia está trazendo isso. [...] Eu me senti mal enquanto professor, porque eu fico pensando: "O que os pais estão achando que nós estamos trabalhando com as crianças?". [...] Eu sou aquele tipo de pessoa que, enquanto educador, o meu aluno vai brincar com o brinquedo que ele quiser. Se a escola disponibiliza aquilo e foi aprovado, por que ele não vai poder brincar? Não vou tirar o livre arbítrio da criança, do que ela quer brincar, por uma questão do que as pessoas vão achar,*

<sup>4</sup> O professor afirmou em entrevista considerar essa ação um crime e, por isso, mantivemos a palavra tal qual ela foi expressa na entrevista, a fim de exprimir fielmente o pensamento do docente.

<sup>5</sup> Apelido dado, pela bancada evangélica do Congresso Nacional, ao material Escola sem Homofobia, desenvolvido pelo MEC no ano de 2004, material que visava reconhecer a diversidade sexual entre os jovens e alertar sobre o preconceito.

*do que o pai, a mãe ou a sociedade pensam. (Professor Rodrigo, grifos nossos)*

Através da fala do professor, é interessante observar o trecho em destaque em que a mãe evidencia que tem homossexuais na família, numa tentativa de comprovar que ela não seria uma pessoa preconceituosa. Porém, torna-se uma situação incongruente na medida em que ela não encara a abordagem da pluralidade familiar na escola como uma forma de enfatizar a importância das diferenças. Ela busca entender como tal questão foi colocada ao seu filho, inculcando no professor a impressão de que sua prática foi entendida como inadequada pela família da criança. Por este motivo, o professor Rodrigo evidenciou que deve haver uma separação entre o âmbito familiar e o âmbito escolar, de forma que dentro da escola o professor deve ver a criança como um processo em construção, tendo autonomia para realizar seu trabalho, visando o desenvolvimento infantil. O professor observou ainda que, se na casa da criança o entendimento for outro, isso deve ser colocado apenas no âmbito familiar, não ditando o que a criança pode ou não vivenciar no espaço escolar.

Seffner (2013) ressaltou esse importante caráter da escola, destacando que o que é aprendido dentro deste espaço não é apenas uma continuação dos ensinamentos do espaço familiar. O autor (SEFFNER, 2013, p. 154) ainda analisou que, quando se abordam temas que envolvem os valores morais da sociedade, surge um embate entre a escola e a "moralidade familiar", de forma que há uma pressão (não apenas da família, mas de diversos outros agentes que buscam ditar essa moral), para que os professores conduzam seus alunos àqueles comportamentos considerados corretos, ou seja, os heteronormativos. Realizando um resgate da observação de Freitas (2012, p. 217) sobre a necessidade de o professor assumir uma "posição política ao educar", destaca-se tal necessidade também para os/as professores/as da Educação Infantil, bem como para todas as demais etapas escolares, rompendo com esses padrões sociais de heteronormatividade em suas práticas e assumindo, assim, seu papel político na educação e na luta para que as experiências infantis se tornem mais amplas e as diferenciações de gênero sejam amenizadas desde os primeiros anos de vida. Desse modo, tais ações contribuem para que a escola não seja influenciada por iniciativas que tentam frear a autonomia do/a professor/a e seu trabalho pedagógico de formar cidadãos críticos, sob a falácia de manter a "moral e os bons costumes".

A necessidade de fomentar a valorização profissional também se apresentou como uma prática frequente dos professores, bastante citada nas entrevistas. Com o objetivo de valorizar a profissão e evitar que o professor seja substituído por alguém

sem a formação necessária, o docente Daniel destaca a importância de mostrar toda a expertise essencial para essa função, complementando que tal expertise deve ser uma ação de todos os/as professores/as, de forma que estes/as profissionais valorizem seu trabalho e mostrem todo o conhecimento envolvido no cuidado e na educação das crianças pequenas e sua importância para a comunidade.

Ainda sobre a questão da valorização profissional, não podemos excluir o fato de que as mulheres atuantes na profissão “foram incentivadas a trabalharem como vocacionadas, como mães espirituais, como redentoras”, sendo sujeitadas a uma histórica relação de trabalho precário, desigual e injusto, como ressaltaram Vasconcelos e Pocahy (2013, p. 136). Complementando essa importante observação, Galvão e Brasil (2009) destacaram que o modelo de mulher como educadora nata, já comentado anteriormente, trouxe diversas consequências e ainda influencia a formação e o comportamento esperado dos professores nessa etapa de ensino.

Além disso, essa imagem associada da mulher com a professora da Educação Infantil atende aos interesses políticos, visto que esse entendimento da profissão como uma extensão da maternidade, e que por isso não demandaria conhecimentos específicos, enfraquece o caráter profissional da docência de crianças pequenas, fazendo com que as trabalhadoras desfrutem de pouco ou nenhum poder para reivindicar melhorias na carreira, salários e na formação (FIGUEIREDO; MICARELLO; BARBOSA, 2005). Sayão (2010, p. 77) também ressaltou as sérias consequências que provoca essa imagem de uma profissão em que basta ser mulher, “gostar de crianças, ter jeito e vocação”, uma vez que tais pensamentos mascaram a necessidade de ações e políticas que visem a formação desse/a profissional.

Rodrigues (2017) observa que, para trilhar esse caminho da obtenção do reconhecimento social e da organização em busca de reivindicar melhores condições de formação e trabalho, é primeiramente necessário que os profissionais da Educação Infantil tenham consciência de que são profissionais com objeto de estudo e área de atuação específica, os quais precisam ter sua relevância social reconhecida. Para tanto, as propostas de qualificação profissional, tanto dos futuros profissionais quanto dos profissionais já atuantes precisam oferecer condições para que eles construam e/ou busquem a reafirmação de sua identidade profissional (RODRIGUES, 2017).

É interessante observar, porém, que apesar desses enfrentamentos vivenciados pelos professores, os entrevistados apontaram que se sentiam realizados em sua profissão e não pretendem deixá-la, relacionando as alegrias da mesma ao trabalho com as crianças e à possibilidade de reconhecer os benefícios de sua atuação no

desenvolvimento delas. Além disso, demonstraram que se sentem valorizados quando percebem os avanços no desenvolvimento de seus/suas estudantes, principalmente no final do ano letivo quando analisam toda a evolução da criança. E, ainda, relataram a alegria de reencontrar estudantes de anos anteriores e serem reconhecidos por eles, percebendo que realmente tiveram alguma influência na vida daquelas crianças.

*Porque você pode estar cansado do dia anterior, pode estar estressado, mas quando eles te veem, te beijam, falam que te adoram, que te amam... Olha, você não precisa tomar calmante, não precisa tomar nada. Ali já foi o remédio.*  
**(Professor Rodrigo)**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções sociais agem sobre todos os indivíduos de forma controladora, naturalizando comportamentos socialmente aprendidos e influenciando até mesmo as escolhas profissionais. Através da revisão e pesquisa aprofundada da bibliografia e das falas recolhidas dos entrevistados, entende-se que a instituição educativa também age como reprodutora de preconceitos e dá continuidade a essa situação de separação de gênero e das atribuições que o envolvem, além de separações de corpos, principalmente na Educação Infantil, área socialmente tida como feminina, por aliar o cuidado de crianças pequenas a uma habilidade inata das mulheres. Dessa forma, é primordial e necessário um trabalho de desconstrução dessas diferenciações de gênero, bem como das profissões aliadas ao sexo biológico das pessoas, uma vez que as crianças se impregnam desse entendimento e o absorvem desde os primeiros anos de vida, tendendo a reproduzi-lo como algo natural dentro do gênero, da definição e da divisão de papéis, tornando, assim, evidente o preconceito em suas ações.

Esta investigação revelou que os professores entrevistados, além de serem eles próprios uma desconfiguração dos padrões de gênero no contexto educativo, ainda tentam desconstruir a diferenciação entre gêneros também em suas práticas, na tentativa de permitir que as crianças vivenciem múltiplas experiências sem as barreiras da normatização heterossexual, tão presente nas creches, pré-escolas e escolas. É evidente que a reprodução de tais padrões é algo muito enraizado em todas as práticas sociais, de forma que podemos realizá-la até mesmo sem perceber e sem tomar conhecimento de que estamos reproduzindo estereótipos. Por este motivo, é essencial que os/as professores/as mantenham sempre um olhar atento e investiguem a diferenciação entre gêneros que reproduzem em suas práticas pedagógicas, na tentativa de barrar e modificar tais comportamentos. É fundamental que se ensine às

crianças que todas têm as mesmas competências, independentemente do gênero, contudo, se não aplicarmos essa ideia em nossas práticas cotidianas, pedagógicas ou não, e dentro da sala de aula, continuaremos fazendo diferenciações entre meninos e meninas nos materiais, nas cores, nos brinquedos, nos sentimentos, nas ações, nas brincadeiras, nos jogos, entre outros.

Por fim, reafirmamos a importância da presente temática e a necessidade de mais estudos sobre a presença masculina nesta etapa da Educação, bem como em outras profissões relacionadas ao cuidado infantil, por todo o estranhamento que o homem atuante como professor e cuidador de crianças pequenas ainda gera na comunidade, principalmente nesse momento em que surgem tentativas de políticas em vetar a presença masculina na sala de aula e no cuidado das crianças pequenas, além dos impedimentos que já ocorrem, de forma velada, por parte da rede de Educação, por parte das famílias e dos gestores/as e coordenação. Observamos, ainda, que tais ações acentuam a noção de papéis de gênero e amplificam o medo causado pela presença masculina e discriminam profissionais formados para o desempenho da função de educar/cuidar, agindo sob a máscara da preocupação e da proteção às crianças, como é o caso da já comentada PL 1174|2019.

Assim sendo, pretendemos fazer com que as vozes desses homens sejam cada vez mais ouvidas e que eles tenham sua formação, pautada no cuidado e na educação de crianças, sempre respeitada, possibilitando uma abertura cada vez maior para a entrada desses profissionais na Educação Infantil, sem o peso do preconceito, tão presente ainda na carreira dos professores homens dessa etapa da educação. Este preconceito evidencia, ainda, uma diferenciação perigosa e injusta para a mulher, uma vez que continua caracterizado que cabe somente a ela a incumbência do cuidar.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, João Paulo Almeida de; FREIRE, Silvia Helena de Sá Leitão Moraes. Narrativa auto biográfica de um professor homem na educação infantil: marcas de um estranhamento histórico. *In*: VI Encontro Norte e Nordeste de História da Educação (VI ENNHE), 2016, Natal. **Anais...**, 2016.

ALVES, Kallyne Kafuri; COCO, Valdete. Sentidos das famílias sobre o trabalho docente na educação infantil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, e192608, 2018. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-46982018000100169&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100169&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 ago. 2020.

ALVES, Roberta Cristiane Pascarelli; VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo. Os educadores de creche e o conflito entre cuidar e educar. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 13-25, abr. 2007.

ARAÚJO, Janaína Rodrigues. Relações de Gênero na Educação Infantil: questionamentos acerca da reduzida presença de homens na docência. *In*: TEIXEIRA, Adla Betsaida M. e DUMONT, Adilson (Orgs.). **Discutindo Relações de Gênero na Escola: Reflexões e propostas para a ação docente**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2009.

ARCE, Alessandra. Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 113, p. 167-184, jul. 2001.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2019**. Brasília: Inep, 2020. Disponível em <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 07 maio 2020.

CABRAL, Fernanda Araujo. **Investigação do potencial de desenvolvimento do preconceito em crianças pequenas**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CHIES, Paula Viviane. Identidade de gênero e identidade profissional no campo de trabalho. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, ago. 2010. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2010000200013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200013&lng=en&nrm=iso). Acesso em 10 ago. 2020.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES; Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/934>. Acesso em 21 fev. 2017.

FÁVARO, Jéssica Daniele. **Professores Homens: suas trajetórias na educação infantil**. 2020. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, SP. Disponível em <http://hdl.handle.net/11449/192047>. Acesso em 24 de ago. 2020.

FELIPE, Jane. Afinal, quem é mesmo pedófilo? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 26, p. 201-223, jun. 2006. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332006000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332006000100009&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 abr. 2019.

FIGUEIREDO, Fabiana; MICARELLO, Hilda Aparecida Linhares da Silva; BARBOSA, Sílvia Neli. N. Autonomia de professores da educação infantil: "a coisa vira, e o professor se vira". *In*: KRAMER, Sônia (Org.). **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

FINCO, Daniela. **Educação infantil, espaços de confronto e convívio com as diferenças**: análise das interações entre professoras e meninas e meninos que

transgridem as fronteiras de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 1997.

FREITAS, Denize Terezinha Leal. A identidade docente em construção: algumas considerações a respeito da construção do ser docente de História. **Aedos** (Online), v. 4, p. 209-220, 2012. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/31211/20865>. Acesso em 10 ago. 2020.

GALVÃO, Afonso Celso Tanus; BRASIL, Ive. Desafios do ensino na Educação Infantil: perspectiva de professores. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 73-83, abr. 2009.

GONÇALVES, Carlos Luiz; PIMENTA, Selma Garrido. **Revendo o ensino de 2º Grau**: propondo a formação do professor. São Paulo: Cortez, 1990.

GONÇALVES, Josiane Peres; CAPRISTO, Zenaide Ribeiro Neto; FERREIRA, Verônica Caroline de Matos. Professores homens na educação infantil: aceitação e receio dos familiares que vivenciam essa experiência. **Pesquisa em Foco**, São Luís, v. 20, n.2, p. 136-154, 2015.

GONÇALVES, Josiane Peres; ANTUNES, Jéssica Barbosa. Memórias de professores homens que trabalhara como docentes de educação infantil e suas representações sociais. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 6, n. 16, p. 134-253, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JAEGER, Angelita Alice; JACQUES, Karine. Masculinidades e docência na educação infantil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 545-570, ago. 2017. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2017000200545&lng=en&nrm=iso). Acesso em 24 ago. 2020.

JENSEN, Jytte Jull. Homens em serviços de cuidado de crianças: um artigo para discussão. **Revista Eletrônica Zero-a-Seis**. Florianópolis, n. 10, jul/dez, 2004. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/10047>. Acesso em 24 ago. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 6ª ed. Petrópolis: Vozes. 2003.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza; VAGHETTI, Helena Heidtmann; BRODERSEN, Gladys. Gênero e enfermagem: uma análise reflexiva. **Revista de Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 2, p. 292-300, abr./jun. 2006.

PARR, Todd. **O livro da família**. São Paulo: Panda, 2003.

PEREIRA, Paulo Fábio. **Homens na enfermagem**: atravessamentos de gênero na escolha, formação e exercício profissional. 2008. 104f. Dissertação (Mestrado em

Enfermagem) - Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre os professores homens da educação infantil e as relações de gênero na rede municipal de Belo Horizonte – M.G.** 2011. 140f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG.

RODRIGUES, Silvia Adriana. Mudanças e persistências na formação para docência em creches e pré-escolas. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 19, n. 36, p. 328-348, dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zerosais/article/view/1980-4512.2017v19n36p328/35622>. Acesso em 10 ago. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 107, p. 7-40, jul. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a01.pdf>. Acesso em 24 ago. 2020.

RUBIN, Gayle. **O Tráfico de Mulheres: Notas Sobre a "Economia Política" dos Sexos.** Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Projeto de Lei Complementar PLC 1174**, de 2019. Confere a profissionais do sexo feminino exclusividade nos cuidados íntimos com crianças na Educação Infantil. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000292074>. Acesso em 24 ago. 2020.

SAYÃO, Déborah Thomé. Não basta ser mulher... não basta gostar de crianças... "Cuidado/educação" como princípio indissociável na Educação Infantil. **Educação**, Santa Maria, v. 35, p. 69- 84, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducao/article/view/1604/899>. Acesso em 14 ago. 2020.

SAYÃO, Déborah Thomé. **Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creche.** 2005. 274f. Tese (Doutorado) - Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

SEFFNER, Fernando. Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, p. 145-159, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a10.pdf>. Acesso em 18 ago. 2020.

SILVA, Claudionor Renato da. **Docência masculina da educação infantil: impressões de um iniciante.** Gênero e raça em discussão. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.

SILVA, Claudionor Renato Da. Vivências iniciantes de um professor negro na educação infantil. **Revista África e Africanidades**, ano 4, n. 16 e 17, fev./mai. 2012. Disponível em [http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/16-17\\_03.pdf](http://www.africaeafricanidades.com.br/documentos/16-17_03.pdf). Acesso em 18 ago. 2020.

SILVA, Claudionor Renato da; VELOSO, Luana Alves Porto. Desafios do professor homem na educação infantil: um debate a partir do estágio em pedagogia.

**Itinerarius Reflectionis**, v. 14, n. 1, p. 1-14, 10 mar. 2018. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/51232/25290>. Acesso em 24 ago. 2020.

SILVA, Peterson Rigato da. Não sou tio, nem pai, sou professor! A docência masculina na educação infantil. *In: II Congresso de Estudios Poscoloniales y III Jornadas de Feminismo Poscolonial - "Genealogías críticas de la Colonialidad"*, 2014, Buenos Aires. Diálogos Sur-sur: pedagogías descolonizadoras. Buenos Aires: CLACSO, Programa Sur Global, IDAES/UNSAM, 2014. v. 1. Disponível em [http://www.idaes.edu.ar/pdf\\_papeles/4-26%20Rigato.pdf](http://www.idaes.edu.ar/pdf_papeles/4-26%20Rigato.pdf). Acesso em 24 de ago. 2020.

VASCONCELOS, Francisco Ullissis Paixão e; POCAHY, Fernando Altair. "Não é a mamãe?": a presença de homens educadores como elemento na problematização da agonística social da feminização da Educação Infantil. **Textura**, n. 28, mai./ago. 2013.

VIANNA, Cláudia Pereira. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. *In: YANNOULAS, S. C. (Org.). Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013. p. 159-180.

XAVIER, Antonio Jeferson Barreto. **O gênero vai à roça**: a presença de professores homens na educação do/no campo de um interior baiano. 2017. 205f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170321>. Acesso em 24 ago. 2020.

## NOTAS

### "VAI SER UM PROFESSOR?!": ESTRANHAMENTOS PERANTE A FIGURA DO PROFESSOR DO SEXO MASCULINO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

"It's not a female teacher?!": the strangeness of the figure of the male teacher in early childhood education

**Jéssica Daniele Fávaro**

Mestra em Educação Escolar  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Araraquara, Brasil  
[jdaniele.favaro@gmail.com](mailto:jdaniele.favaro@gmail.com)  
<http://orcid.org/0000-0002-5625-9594> 

**Célia Regina Rossi**

Professora Doutora  
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Departamento de Educação – Psicologia  
Rio Claro, Brasil  
[celia.rossi@unesp.br](mailto:celia.rossi@unesp.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-2903-4955> 

### Endereço de correspondência do principal autor

Rua João de Arruda Pastana, 157, apto 111, Centro, Amparo, São Paulo.

## **AGRADECIMENTOS**

Aos professores que fizeram parte deste estudo, por compartilharem suas trajetórias na docência. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo fomento que viabilizou a realização da pesquisa.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Todos os autores contribuíram substancialmente.

## **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

Este artigo é derivado da dissertação de mestrado intitulada "Professores homens: suas trajetórias na educação infantil", disponível online no Repositório Institucional UNESP.

## **FINANCIAMENTO**

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), número do processo 132144/2018-2.

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

A presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 91115218.6.0000.5400.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 13-07-2020 – Aprovado em: 27-08-2020